



Política de Fornecimento de Óleo de Palma

1. Introdução

A Bunge é uma participante ativa na cadeia de fornecimento de óleo de palma, embora não possua nenhuma plantação ou fábrica de extração de óleo de palma. Além disso, somos um apoiador ativo do Palm Oil Collaboration Group e da [Roundtable on Sustainable Palm Oil \(RSPO\)](#) e trabalharemos para fortalecer o padrão RSPO e sua aplicação.

O óleo de palma é o óleo vegetal mais utilizado no mundo e, à medida que a população global cresce para 9 bilhões até 2050, ele está bem-posicionado para continuar sendo uma parte crucial do processo de produção de alimentos. A produção de óleo de palma tem o maior rendimento de óleo por hectare e fornece sustento para milhões de pessoas em comunidades agrícolas tropicais em todo o mundo.

A Bunge acredita no poder das cadeias de suprimentos agrícolas para contribuir positivamente com práticas ambientalmente sustentáveis e economicamente benéficas que visam apoiar as comunidades locais. A Bunge também acredita que o óleo de palma sustentável deve ser produzido de em conformidade com a legislação e ter rastreabilidade, protegendo as florestas e a biodiversidade, reduzindo as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e respeitando os direitos dos povos indígenas, trabalhadores e comunidades locais.

2. Escopo

Esta Política se aplica a todo o óleo de palma físico e derivados que a Bunge compra e processa, por meio de fornecedores existentes e novos, incluindo nossas subsidiárias e joint ventures nas quais temos controle de gestão.

Esta Política deve ser avaliada em conjunto com o [Código de Conduta de Fornecedores da Bunge](#), que se aplica a todos os fornecedores de commodities e não commodities para ajudá-los a entender nossos princípios. Esperamos que todos os nossos fornecedores de óleo e produtos derivados de palma, inclusive no nível de grupo empresarial, cumpram os compromissos desta política.

3. Compromissos

A Bunge pretende comprar óleo de palma de fornecedores cujas cadeias de suprimentos atendam aos seguintes princípios:

Conformidade legal

- Conformidade com todas as leis locais e nacionais aplicáveis.

Gestão Ambiental

- A Bunge está comprometida em ter uma cadeia de fornecimento de palma livre de desmatamento e de conversão de turfa. Para relatar nosso progresso, a Bunge aplicará a metodologia do NDPE Implementation Reporting Framework (IRF). O NDPE IRF aplica uma data de corte para ausência de desmatamento e conversão de 31 de dezembro de 2015.



- Identificação e proteção de áreas de Alto Valor de Conservação (AVC)¹ e áreas de Alto Estoque de Carbono (AEC)² em plantações existentes e novas.
- Nenhuma nova plantação em terras de turfa, independentemente da profundidade, e uso do [Manual RSPO sobre Melhores Práticas de Gestão para o Cultivo Existente de óleo de Palma em Turfa](#). Quando áreas forem identificadas como inadequadas para o replantio de dendezeiros, com base em avaliações de drenabilidade ou outros motivos, serão desenvolvidos planos para o manejo adequado dessas áreas, incluindo a reabilitação.
- Aplicação de uma política de ausência de queimadas para qualquer forma de preparação do solo.
- Implementação de programas para reduzir progressivamente as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), reciclar/reutilizar biomassa de palma e, quando viável, gerar energia renovável por meio da captura de metano como parte de nossas metas de sustentabilidade de longo prazo.

Sem exploração

- Reconhecimento do [Código de Conduta de Fornecedores](#) e da [Política de Direitos Humanos](#) da Bunge, que descrevem nossas expectativas quanto ao respeito aos direitos humanos e trabalhistas.
- Prevenir e mitigar todas as formas de trabalho ilegal, forçado, escravo, compulsório ou infantil, em conformidade com os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT e, em particular, implementar práticas de recrutamento responsáveis e éticas, incluindo a não cobrança de taxas relacionadas ao recrutamento ou associação em nenhuma etapa do processo de recrutamento, inclusive por agentes ou seus subagentes nos países de origem e destino. Quando forem constatadas taxas de recrutamento cobradas ou coletadas dos trabalhadores, deverá ser feita a devida reparação dessa cobrança, de acordo com as melhores metodologias disponíveis ou, quando aplicável, em consulta com especialistas no assunto.
- Oferecer oportunidades de emprego justas e iguais para todos os funcionários, independentemente de raça, nacionalidade, religião ou gênero.
- Pagar salários que atendam ao salário-mínimo mensal obrigatório. Qualquer trabalho extraordinário será realizado voluntariamente pelos trabalhadores e com remuneração adequada.
- Defender o direito à liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva. Permitir que os sindicatos contatem os trabalhadores. Garantir que os funcionários tenham acesso a mecanismos de denúncia confiáveis que respeitem o anonimato dos reclamantes e denunciantes.
- Promover um ambiente de trabalho e seguro e saudável, livre de assédio, e trabalhar para dar aos funcionários acesso a mecanismos de denúncia confiáveis que respeitem o anonimato dos reclamantes e denunciantes.
- Proibir qualquer forma de ameaça, intimidação ou ataque contra defensores dos direitos humanos e estar ciente de que certos grupos, incluindo mulheres e crianças, podem ser particularmente vulneráveis a impactos negativos nos direitos humanos nos locais onde operam.
- Fornecer equipamento e treinamento adequados sobre a implementação de políticas de saúde e segurança.
- Não será permitida a retenção de passaportes/documentos de identidade dos trabalhadores nem a retenção de seus salários, exceto conforme previsto em lei.

¹Alto Valor de Conservação (HCV), conforme definido pela Rede HCV

²Florestas com alto estoque de carbono (HCS), conforme definido pela Abordagem HCS



- Fornecer a todos os funcionários, por escrito, em um idioma que eles entendam/língua nativa, a descrição do cargo, taxa de remuneração, horas de trabalho, dia de descanso semanal e outros benefícios aplicáveis.
- Respeitar os direitos de uso da terra das comunidades indígenas e locais, incluindo seu direito de dar ou negar seu Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) para operações em terras sobre as quais detêm direitos legais, comunitários ou consuetudinários, de acordo com a [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas \(UNDRIP\)](#) e os Requisitos Sociais para a Conservação de Florestas com Alto Estoque de Carbono.
- Não usar Paraquat e pesticidas categorizados como Classe 1A ou 1B da Organização Mundial da Saúde, nem produtos químicos listados na Convenção de Estocolmo e na Convenção de Roterdã.
- Apoiar a inclusão de pequenos produtores na cadeia de fornecimento de óleo de palma.
- Promover impacto socioeconômico positivo para comunidades locais, bem como respeitar e contribuir para a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades afetadas pelas operações dos fornecedores.

4. Cadeias de Suprimentos Rastreáveis

O objetivo da Bunge é que todos os volumes de óleo de palma e óleo de palmiste sejam rastreáveis (até as fábricas, plantações ou nível distrital) para permitir que a Bunge exija produtos livres de desmatamento. O status e o progresso são relatados pelo [Painel de Óleo de Palma](#) da Bunge.

5. Implementação

Em linha com a melhoria contínua e em consulta com nossos fornecedores e outras partes interessadas, revisaremos, ajustaremos e melhoraremos nossa abordagem e nos esforçaremos para implementar os mais altos padrões de sustentabilidade e de níveis de transparência e engajamento das partes interessadas. Para permitir uma implementação eficaz, trabalharemos em colaboração com nossos fornecedores e outras partes interessadas para executar nossa Política de Fornecimento de Óleo de Palma e informaremos publicamente sobre o progresso da implementação em nossos relatórios anuais de sustentabilidade, entre outros canais.

Faremos uma avaliação de risco das fábricas fornecedoras de óleo de palma usando ferramentas como dados espaciais e informações de sensoriamento remoto disponibilizadas por várias organizações, como a plataforma Global Forest Watch (GFW) do World Resource Institute (WRI) ou plataformas semelhantes. Juntamente com os alertas das partes interessadas, que podem incluir alertas de risco aos direitos humanos, podemos estabelecer prioridades para conduzir auditorias nas unidades. Para mitigar riscos de forma eficaz, a Bunge planeja verificar a conformidade dos fornecedores com os compromissos da nossa Política, inclusive de operações das quais a Bunge não compra atualmente.

Promoveremos e apoiaremos ativamente a transformação da cadeia de fornecimento de óleo de palma por meio de um processo de engajamento de fornecedores. Continuaremos a interagir com fornecedores importantes para promover os compromissos da nossa Política e desenvolver a capacidade das unidades extratoras e empresas fornecedoras para apoiar a conformidade. Se os fornecedores não se envolverem com a Bunge neste processo ou não remediarem materialmente qualquer não conformidade dentro de um prazo razoável ou acordado, reservamo-nos o direito de encerrar nosso relacionamento.

Abordando a conformidade com a política nas unidades extratoras da nossa base de fornecimento



A Bunge tomará as seguintes ações para apoiar a conformidade com a política e identificar quaisquer potenciais violações de conformidade na base de fornecimento de unidades extratoras em nossa cadeia de fornecimento:

- Obter, verificar e publicar uma lista atualizada de todas as unidades extratoras e refinarias em sua cadeia de fornecimento, incluindo coordenadas geográficas, grupo controlador/empresa controladora (acionista majoritário) e se é um “fornecimento direto” ou “fornecimento indireto” (por meio de parceiros comerciais nomeados).
- Realizar uma avaliação proativa de risco para todas as fábricas em nossa cadeia de fornecimento (fornecimento direto e indireto).
- Para as fábricas que estiverem diretamente em nossa cadeia de fornecimento, continuaremos a implementar nosso programa de visitas de engajamento, reforçado pelo engajamento da empresa e workshops nas fábricas, de acordo com nossa abordagem estabelecida em três etapas.
- Para as unidades extratoras que estiverem na nossa base de fornecimento de forma indireta, vamos engajar com cada um dos nossos parceiros comerciais para garantir que um programa equivalente de comprometimento da unidade extratora esteja sendo implementado.
- Quando for encontrada alguma não conformidade da unidade extratora com a política, a Bunge iniciará os mecanismos detalhados abaixo na Seção 7.

Abordando a conformidade com a política nas operações mais amplas dos fornecedores

A Bunge tomará as seguintes medidas para identificar potenciais não conformidades por parte de empresas em nossa cadeia de fornecimento em nível de grupo empresarial:

- Identificar, publicar e manter uma lista completa de empresas em nossa cadeia de fornecimento no Painel de Óleo de Palma da Bunge.
- Realizar análises de risco em nível de grupo empresarial de todos os fornecedores. Isso incluirá solicitar que todas as empresas em nossa cadeia de fornecimento apresentem autorizações, licenças legais e mapas de concessão (em formato *shapefile* e onde legalmente possível) para todas as suas operações, bem como avaliações de impacto ambiental e estudos de HCS e HCV, quando disponíveis.

As fontes relevantes de informação incluem:

- Mapas de concessão da empresa
- Avaliações HCS, HCV e de impacto ambiental
- Mapas do governo, incluindo turfa, cobertura florestal e área de moratória
- Denúncias da RSPO
- Procedimento de reclamação ativa de outros comerciantes
- Relatórios, investigações e publicações de organizações da sociedade civil
- Sites de mapeamento de terceiros, incluindo o Global Forest Watch
- Artigos na imprensa
- Ação governamental (por exemplo, investigações ou processos judiciais relacionados à ilegalidade, corrupção e em resposta a incêndios florestais)

Atualizar regularmente essas avaliações de todas as empresas e buscar e atualizar proativamente os melhores dados disponíveis



Quando for identificada uma não conformidade com a política nas operações dos fornecedores fora da nossa cadeia de fornecimento, a Bunge iniciará os mecanismos detalhados abaixo na Seção 7. Os resultados dessas análises de risco em nível de grupo, incluindo o nível de informações fornecidas pelas empresas fornecedoras, serão usados para comunicar as decisões de compra. Caso as empresas fornecedoras não apresentem informações específicas solicitadas em relação às suas operações, a Bunge iniciará o fluxo de investigação de seu mecanismo de denúncias.

Garantindo a conformidade com a política por potenciais novos fornecedores

Espera-se que todos os novos fornecedores (fornecimento direto) cumpram a Política de Fornecimento de Óleo de Palma da Bunge e sejam transparentes sobre suas operações. Antes de receber o óleo de palma produzido por potenciais novos fornecedores (inclusive por meio de parceiros comerciais), a Bunge implementará as seguintes medidas de devida diligência:

- Apresentar ao fornecedor em potencial uma cópia da Política de Fornecimento de Óleo de Palma da Bunge e informá-lo sobre os requisitos da Bunge para fornecedores (terceiros).
- Realizar uma análise de risco em nível de grupo empresarial para checar se as suas operações podem estar potencialmente envolvidas em alguma não conformidade com nossa política. Isso incluirá uma revisão do fornecedor potencial sobre os compromissos da Política da Bunge e solicitação de licenças, autorizações e mapas de concessão relevantes (em formato shapefile, onde for legalmente possível) para todas as operações do fornecedor potencial, bem como avaliações de impacto ambiental e estudos de HCS e HCV.
- Fazer uma análise (*gap assessment*) para identificar quais materiais estão faltando, são inadequados ou pouco claros e solicitar material adicional ao possível fornecedor.
- Verificar os fatos das alegações buscando informações disponíveis publicamente, incluindo informações registradas em agências governamentais, informações de mapeamento por satélite (por exemplo, por meio do Global Forest Watch), denúncias da RSPO e informações disponíveis on-line.

Quando novos potenciais fornecedores tiverem desenvolvido plantações incompatíveis com esta Política, medidas apropriadas de conservação/restauração/compensação e um plano de implementação precisarão ser acordados antes que a Bunge celebre contratos para receber óleo proveniente daquele fornecedor. Quando a avaliação for de responsabilidade dos parceiros comerciais (fornecimento indireto), a Bunge solicitará que eles observem medidas de devida diligência semelhantes e apresentem suas conclusões à Bunge antes de enviar os produtos destes potenciais novos fornecedores para a Bunge ou suas subsidiárias.

6. Transparência

Estamos comprometidos com o seguinte:

- Manter um sistema de relatórios públicos (dashboard) para comunicar informações de rastreabilidade, progresso no atingimento das metas, denúncias e atualizações sobre engajamento e verificação de fornecedores.
- Tratar denúncias e conflitos dentro de nossa cadeia de fornecimento de forma eficaz e responsável, por meio de um processo de denúncia confiável, acessível e transparente.

7. Abordando não conformidades



A identificação e o acompanhamento de violações de nossa política por parte de fábricas extratoras fornecedoras diretas e indiretas, bem como a não conformidade em nível de grupo, estarão sujeitos à supervisão do Comitê de Denúncias da Bunge para a cadeia da palma. Este comitê terá visibilidade total dos detalhes de quaisquer denúncias e seu status, incluindo qualquer não conformidade e seus Planos de Ação com Prazo Determinado (TBAP). O comitê se reunirá regularmente, muito embora seus membros tenham acesso às atualizações a qualquer momento.

8. Abordando Denúncias /Preocupações

Incentivamos as partes interessadas a relatar potenciais não conformidades por meio de nossos canais de denúncias, incluindo [a Linha Direta de Ética e Conformidade da Bunge](#) ou canais de denúncia específicos da cadeia de fornecimento da palma.

Quando uma fábrica de extração de óleo de palma ou um grupo de empresas em nossa cadeia de fornecimento for denunciado ou tiver alguma alegação de não conformidade contra si, a Bunge entrará em contato com ele (diretamente no caso de ser um fornecedor direto ou por meio do parceiro comercial relevante se for um fornecedor indireto) para acordar um plano de ação com prazo determinado e/ou acionar nosso protocolo de denúncias.

Quando iniciarmos nosso protocolo de denúncias, nós iremos:

- Investigar as alegações e, quando apropriado, buscar uma verificação independente. Notificar para que cessem imediatamente o desenvolvimento de novos plantios quando a Bunge, seus parceiros comerciais ou ONGs detectar ou validar a existência de desmatamento de potenciais HCS, HCV ou remoção de turfa. Se o fornecedor não cumprir a orientação da Bunge de cessar o desmatamento, reservamo-nos o direito de encerrar nosso relacionamento.
- Entrar em contato com o fornecedor (se for um fornecedor indireto, o contato será feito por meio do parceiro comercial relevante).
- Estabelecer um plano de ação com prazo determinado para que a unidade de extração ou grupo empresarial adeque suas operações dentro de até 12 meses.
- Quando uma unidade de extração ou grupo empresarial for suspeito de violações ambientais, sociais e trabalhistas graves ou continuadas, a Bunge deverá considerar suspender as compras ou abster-se de integrar o grupo comercial até que as investigações sejam concluídas e quaisquer violações de política sejam tratadas.
- Exigir que o fornecedor se comprometa e estabeleça planos para medidas adequadas de conservação/compensação/restauração, quando aplicável, abrangendo todas as atividades não conformes desde 31^{de} dezembro de 2015.
- Manter em nosso site os relatórios de todas as fábricas de extração/empresas que passarem pelo procedimento de denúncias e atualizar regularmente sobre o seu progresso, incluindo prazos claros para sua adequação.

Para obter mais informações sobre denúncias relacionadas à nossa cadeia de fornecimento de palma, consulte nosso [Fluxo de Processo de Reclamações](#).



9. Histórico de versões

Versão	Data	Descrição da mudança	Proprietário
2	2 de julho de 2025	Substitui a versão de novembro de 2018	Sustentabilidade